



POLÍTICA OPERÁRIA

ABAIXO O PLANO “MAIS BRASIL”! Rejeitar o programa “Trabalho Verde e Amarelo”

Depois da aprovação da reforma da Previdência, Bolsonaro quer impor o “Plano Mais Brasil”. Seu objetivo é o de permitir a redução salarial, o congelamento dos reajustes e a demissão dos funcionários públicos. Ao mesmo tempo, acaba com os concursos, elimina o direito à estabilidade e abre as portas para a contratação de funcionários terceirizados (que ganham menos e têm menos direitos).

A propaganda do governo é de que acabará com privilégios. Mentira! Os juízes, militares, policiais e altos funcionários dos ministérios e do poder legislativo não serão atingidos pela medida. Quem sofrerá com ela serão, principalmente, os trabalhadores da educação, saúde e Previdência.

Bolsonaro quer nos enganar, dizendo que irá gerar empregos, com medidas que, na verdade, só favorecerão os capitalistas.

O programa “Trabalho Verde e Amarelo” libera os patrões de pagarem a contribuição com o INSS (aposentadoria), reduz o pagamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), de 8% para 2%,



diminui pela metade o valor da multa paga pelo patrão ao empregado (em caso de demissão sem justa causa), além de outras isenções. Esse pacote de medidas vale para os capitalistas que contratarem jovens de 18 a 29 anos, e que paguem até 1,5 salários mínimos (R\$1.497,00).

O governo diz que, dessa maneira, os jovens conseguirão trabalho, prometendo gerar 4 milhões de empregos, em 3 anos. Mas, assim como aconteceu com a Reforma Trabalhista, por exemplo, sa-

bemos que essa medida só aumentará o lucro dos capitalistas e aumentará a exploração sobre os trabalhadores.

A juventude deve combater ativamente o plano “Mais Brasil” e o programa “Trabalho Verde e Amarelo”. É preciso organizar a mobilização, através dos grêmios livres e dos comitês de luta nos bairros, unindo-se aos funcionários públicos e aos operários, para defender os direitos trabalhistas, lutar por mais empregos, por reajuste salarial e combater o aumento da exploração do trabalho.

GOVERNO BRUNO COVAS AMEAÇA FECHAR A EMEF D’ALKIMIN E A EMEI GABRIEL PRESTES

Não à venda dos terrenos! Mobilizar trabalhadores, estudantes e comunidades para impedir a medida de favorecimento à especulação imobiliária!

Desde outubro, vêm ocorrendo manifestações na Vila Olímpia, bairro nobre da capital de São Paulo. Os protestos têm sido organizados por trabalhadores, pais e alunos da EMEF Professora Maria Antonieta D’Alkimin Bastos. O motivo é a possibilidade de venda do terreno onde se

encontra a escola, na qual estudam cerca de 500 estudantes, inclusive de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em sua maioria filhos de pessoas que trabalham na região.

A medida faz parte do PL 611/18 (convertido em Lei No 17.216), que foi aprovado pelos vereadores de São

Paulo no dia 16 de outubro, em segunda votação. O projeto relaciona 41 terrenos para a venda, muitos deles incluindo centros de convivência, espaços públicos destinados à saúde e escolas, como a já citada D’Alkimin e a EMEI Gabriel Prestes, na região da Consolação, que está em pleno



funcionamento.

Ambas as escolas ficam em regiões nobres da cidade, onde o valor do metro quadrado é elevado. Como se vê, o prefeito Bruno Covas (PSDB) e os vereadores estão protegendo di-

retamente os interesses das grandes construtoras, que estão de olho nos terrenos, para a construção de condomínios de alto padrão e outros negócios milionários. Até o momento, não há qualquer garantia de que os

vereadores e o prefeito irão retirar do lote de vendas os terrenos das escolas.

Não resta alternativa aos estudantes, trabalhadores e comunidades, senão impedir a venda dos terrenos, utilizando o método da ação direta (manifestações, ocupação, greve etc.), no campo da independência de classe. Nenhuma confiança no governo e na Câmara! Esse enfrentamento deve ser compreendido como parte da luta, mais ampla, em defesa de um sistema único de ensino, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham.

DICIONÁRIO MARXISTA

ESTA SEÇÃO É VOLTADA À FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE. CONFIRA OS VERBETES ANTERIORES NO NOSSO BLOG!

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA – 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra. Diante da situação de profunda opressão sobre os negros no Brasil, levantou-se a tese de que a discriminação racial é um problema cultural, e que pode ser resolvido com educação, coerção, representatividade e ações afirmativas, a fim de promover uma “reparação histórica” e a “inclusão social”, como, por exemplo, a lei de cotas. Parte desse programa foi implementado durante os governos petistas.

No entanto, essas medidas não serviram para superar, nem mesmo amenizar a desigualdade e a discriminação racial sobre a maioria da população. E nem servirão, pois, na medida em que se oculta a sua verdadeira raiz, que é a opressão de classe, afasta-se da sua solução definitiva, ou seja, da erradicação do racismo.

Para o marxismo, ao contrário, a completa eliminação da discriminação racial, bem como de todas as formas particulares de opressão, depende da supressão da sociedade de classes. Não há como resolver a questão sob o capitalismo. É verdade que sobrevive, e extremamente forte, uma cultura racista. Mas, esta é



É VERDADE QUE SOBREVIVE, E EXTREMAMENTE FORTE, UMA CULTURA RACISTA. MAS, ESTA NÃO PASSA DE UM REFLEXO DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA.

um reflexo das condições materiais de existência. Sabe-se, por exemplo, que os negros e negras recebem, em média, salários menores, são a maioria entre os desempregados e entre as vítimas de morte violenta, etc. É preciso levantar cada reivindicação contra a discriminação sob o método da luta de classes, que permite unir a maioria oprimida contra a minoria exploradora. E assim dar passos na direção da revolução proletária.

Por isso, é sobre a base material da sociedade que os revolucionários devem atuar para abolir toda forma de

opressão. Em outras palavras, é preciso lutar em defesa do emprego, lutar para que se aplique o princípio de “trabalho igual, salário igual”, pelo acesso universal à educação, em todos os níveis, por direitos iguais a todos, e assim por diante.

O método para se atingir essas reivindicações é a ação direta. Nada de fazer atos festivos, como têm sido as manifestações de 20 de novembro! Não há o que celebrar! É preciso unir os explorados brancos e negros, com o programa proletário de destruição do capitalismo e construção do socialismo.